

2

Fundamentação teórica e metodologia

Os estudos da tradução constituem uma área acadêmica jovem. Embora o interesse pelo tema da tradução esteja registrado em documentos que remontam mais de dois mil anos atrás, não houve, até o início do século XX, uma real tentativa de se abordar a tradução de modo investigativo, sistemático e continuado. De um modo geral, esses estudos, levados a cabo por pessoas de diferentes áreas possivelmente atraídas pela importância da boa tradução, concentravam-se em discutir a prática tradutória em seus aspectos gerais e segundo experiências pessoais (Arrojo, 1992, p. 71). Parece estranho que uma atividade intelectual e cultural amplamente utilizada tenha passado ao largo do interesse acadêmico por tanto tempo (Munday, p. 5). Contudo, se pensarmos que ainda hoje a tradução não merece a atenção devida, seja em termos institucionais, seja em termos da visibilidade da produção literária gerada a partir dessa modalidade de reescrita, esse fato se torna mais compreensível. Além disso, sabemos que também a própria lingüística, disciplina que primeiro acolheu os estudos sistemáticos da tradução, só começou a se desenvolver no início do século passado.

Os estudos da tradução inseridos nos estudos da linguagem freqüentemente têm como preocupação primeira explicitar o processo tradutório. Para esse fim, apostou-se, a princípio, na ênfase na equivalência e na fidelidade ao texto fonte, numa atitude positivista, de caráter freqüentemente normativo, que seria contestada, a partir dos anos 1970, pelo desenvolvimento das teorias da leitura, e pelos adventos da estética da recepção e da desconstrução. Nesse contexto inicial, a tradução chegou a ser vista como algo impossível, inexistente, portanto. Na verdade, a tradução - principalmente a tradução literária - parece mesmo uma missão impossível nos moldes propostos por esses estudos, que tinham como principal objetivo dissecar o processo tradutório a partir do pressuposto de que a boa tradução se baseia em princípios de equivalência.

Não se pode dizer, contudo, que as teorias de base lingüística chegaram a um beco sem saída e que, afinal, não acarretaram avanço algum. As discussões em torno dos dois principais pólos da tradução, a leitura e a reescritura, e de questões fundamentais do ofício do tradutor, como fidelidade ou liberdade, literalidade ou adaptação, inauguraram a observação sistemática do processo tradutório e possibilitaram a formalização dos estudos da tradução como área de interesse acadêmico, chamando a atenção para diversos aspectos a ele relacionados. Dentre esses aspectos podemos citar a preocupação com as convenções textuais, com a contextualização e a funcionalidade da tradução. Porém, pela dificuldade de se chegar a modelos confiáveis para tradução literária, as abordagens de base lingüística freqüentemente ou a deixavam de lado ou a tratavam como um “caso especial”. Por essa razão, alguns pesquisadores saíram em busca de novos paradigmas para a observação e o estudo sistemático dessa modalidade de tradução.

2.1 A abordagem descritivista

Em meados da década de 1970 Itamar Even-Zohar, da Universidade de Tel Aviv, produziu diversos estudos, publicados a partir de 1978, nos quais ele usou o termo polissistema para designar o conjunto de sistemas literários de uma determinada cultura. Um polissistema literário, segundo o que ele postulou, engloba desde a literatura canonizada até formas periféricas e marginais, como a literatura popular e a literatura infantil e a vanguarda. Em seu modelo, ele propôs também a inclusão de sistemas de literatura traduzida nos polissistemas literários e apontou para a necessidade de analisá-los em sua relação com o polissistema receptor, chamando a atenção para “o impacto das traduções e da sua função na sincronia e diacronia de uma dada literatura” (Even-Zohar, 1990a, p. 15). Even-Zohar não era exatamente um teórico da tradução e lançou a hipótese dos polissistemas quando desenvolvia um modelo para mapear a formação da literatura hebraica. Assim, a partir de uma visão de literatura como um sistema dinâmico e da preocupação com a contextualização e o posicionamento central ou periférico da literatura traduzida no polissistema de chegada, inaugurou-se uma abordagem da tradução literária de caráter descritivo e voltada para o texto meta.

O conceito de literatura como um sistema dinâmico, um dos pressupostos fundamentais da teoria dos polissistemas, foi desenvolvido pelos formalistas russos como forma de reação ao historicismo vigente no século XIX, que baseava investigação literária em elementos externos ao texto, privilegiando a biografia, a tradição, a história literária e a sociologia. O Círculo Lingüístico de Moscou tomou como base a teoria lingüística de Saussure e considerou a literatura como um sistema, ou um conjunto de relações entre o todo e cada uma das partes. Os formalistas, no entanto, viam cada um dos textos de uma dada literatura como um sistema fechado, a ser analisado isolada e internamente, numa concepção imanentista de seu valor artístico. O modelo de Even-Zohar, por sua vez, reconsidera os fatores externos e admite a importância dos aspectos históricos e culturais para então conceber o sistema literário como uma estrutura heterogênea e aberta: o polissistema (1990a).

Even-Zohar entende que um polissistema é formado por vários sistemas que têm entre si pontos de interseção e superposição, compõe-se de partes distintas e funciona como uma estrutura única, cujos membros têm uma relação de interdependência. A partir do que postulou, ele pretendia mostrar a importância da multiplicidade dessas interseções e superposições e a grande complexidade da estrutura resultante. O novo paradigma via os diversos sistemas de um polissistema dispostos hierarquicamente. Assim como na concepção formalista da literatura como sistema, a tensão entre os diversos estratos da estrutura e a primazia de um estrato sobre o outro é o fator determinante de seu aspecto dinâmico. Porém, a teoria dos polissistemas, ao contrário do que era proposto no formalismo, não trabalha apenas com um centro e uma periferia e, assim, a partir de seu ponto de vista, a transferência de elementos ou funções dentro da estrutura pode se dar do centro de um sistema para o de outro, ou da periferia de um sistema para a de outro, podendo migrar, em seguida, em ambas as direções dentro do sistema receptor. Por que as transferências ocorrem e que razões determinam a transferência de itens específicos são os principais questionamentos da teoria dos polissistemas.

Para Even-Zohar, parece claro que os polissistemas impõem restrições e exercem coerções sobre os “procedimentos de seleção, manipulação, amplificação, exclusão etc. que se verificam em seus produtos reais” (1990a, p. 15). De fato, essa

constitui uma das vantagens de se analisar a literatura nos moldes da teoria dos polissistemas por ele concebida. A compreensão da heterogeneidade dos polissistemas possibilitou uma concepção não elitista da literatura como área de interesse acadêmico, na qual o julgamento de valor não é um critério para a seleção do objeto de estudo. Essas forças atuantes não eram importantes quando somente “produtos oficiais” eram tratados. Mas se partirmos da idéia de que, na literatura, alguns modelos e textos são canonizados, ao passo que outros são marginalizados, e se admitirmos que as tensões entre sistemas centrais e periféricos são um fenômeno cultural universal do qual depende a evolução dos polissistemas, entenderemos que Even-Zohar quis explicitar em sua teoria a forma como textos, modelos e repertórios passam de um sistema para outro e como os sistemas assumem uma posição central ou periférica em um dado polissistema. Um repertório canonizado encontra-se num sistema central, ao passo que repertórios marginais ocupam sistemas periféricos. Repertórios de sistemas centrais, no entanto, podem perder prestígio, ser esquecidos ou substituídos por novos repertórios ou mesmo por repertórios marginais que se consagraram e migraram para o centro. Dentro desse paradigma, a literatura é vista não como um “conjunto de textos” ou um “repertório”. Estes são “manifestações de uma literatura cujo comportamento não pode ser explicado em sua própria estrutura, mas deve ser analisado no nível polissistêmico” (p. 6), levando-se em conta as transferências que ocorrem entre os sistemas, suas motivações e procedimentos, bem como as transformações que elas acarretam.

Em seu ensaio *The Position of Translated Literature within the Literary Polissystem*, Even-Zohar (1990b) argumenta que a literatura traduzida tanto pode ter uma função renovadora no polissistema de chegada, ocupando uma posição central e influenciando diretamente a formação do centro daquele sistema alvo, como pode manter-se em posição periférica, adequando-se às normas dominantes, num papel conservador. Com a intenção de discutir as relações de poder entre centro e periferia num polissistema literário, ele argumentou que a posição central da literatura traduzida pode decorrer de (a) um polissistema alvo não cristalizado, ou uma literatura "jovem"; (b) uma literatura nacional "periférica" e/ou "fraca"; e (c) momentos de "crise" ou "vácuos na produção literária", em que se abririam espaços

para modelos importados. Nesses casos, a literatura traduzida pode contribuir para o desenvolvimento e enriquecimento do polissistema alvo, ao introduzir novos modelos, novas linguagens poéticas, novas formas métricas e novas técnicas (p. 45-6). Se, por outro lado, a literatura traduzida ocupa uma posição periférica num dado sistema alvo, ela praticamente não influencia a formação daquela literatura. Pelo contrário, é influenciada por ela e tende a reproduzir sua estética.

Even-Zohar explorou dois aspectos na relação entre os textos traduzidos e o polissistema alvo: (a) a maneira como textos de uma cultura fonte são selecionados para tradução, em que os princípios de seleção estão sempre relacionados aos sistemas domésticos existentes na literatura alvo e (b) a maneira como os textos traduzidos adotam certas normas, comportamentos e políticas como resultado de sua relação com o polissistema alvo (p. 46).

Em pesquisa realizada entre 1972 e 1976, Gideon Toury, também integrante do grupo de Tel Aviv, saiu em campo para um estudo sociológico sobre as condições culturais que afetaram a tradução de romances estrangeiros para o hebraico entre 1930 e 1945, dando continuidade ao trabalho de Even-Zohar e distanciando-se ainda mais de modelos normativos voltados ao texto-fonte, baseados na noção de equivalência. Ele torna relativo o conceito de tradução ao afirmar que um texto é uma tradução se for aceito como tal por uma comunidade de leitores, segundo forças históricas e culturais que regem o processo num dado momento. Sua teoria procura estabelecer uma série de restrições dispostas hierarquicamente de modo a regulamentar o produto da tradução na cultura alvo e possibilitar uma análise histórico-cultural do que ele chamou de "normas tradutórias" (1995, p. 54), em que normas são valores gerais ou idéias compartilhadas em uma comunidade, conforme a visão da sociologia e da psicologia.

Para Toury (1995), como para Even-Zohar, textos são selecionados para tradução segundo razões ideológicas. No caso específico das traduções para o hebraico, ele verificou que textos traduzidos para funcionar como literatura tendiam a ocupar uma posição central e exemplar no sistema hebraico de traduções, de modo que era possível dizer que eles serviram de modelos literários na formação da literatura hebraica. Ele argumentou que, em seu contexto sociocultural, a tradução

pode ser entendida como uma modalidade de reescrita sujeita a normas e coerções que vão além daquelas expostas pelo próprio texto fonte, pelas diferenças sistêmicas entre as línguas e as tradições textuais envolvidas e pelas possibilidades e limitações do aparato cognitivo do tradutor (p.54). Dessa maneira, ele entende que, de acordo com as coerções socioculturais, e ao trabalharem em condições distintas (traduzindo tipos diferentes de textos ou traduzindo para um público específico), tradutores geralmente adotam estratégias diferentes e, portanto, chegam a resultados distintos.

As coerções socioculturais podem ser compreendidas em uma escala a incluir desde regras gerais e absolutas a meras idiossincrasias. Entre um extremo e outro, portanto, está o conjunto de normas que vão das mais coativas às mais brandas e que se aplicam às modalidades de tradução de acordo com o contexto em que se traduz, o qual pode favorecer uma atitude em detrimento de outra. Segundo este ponto de vista, a tradução, que envolve pelo menos duas línguas (quando não há tradução indireta) e duas tradições culturais, está sujeita a pelo menos dois conjuntos de normas e pode ser descrita como uma atividade em que um texto em uma determinada língua e que ocupa uma determinada posição em seu ambiente cultural representa um outro texto, originalmente escrito em outra língua e que ocupa, igualmente, uma posição em sua cultura de origem (p. 56). Mesmo que a tradução propriamente dita seja uma atividade individual, pode se notar uma certa regularidade em sua realização em um determinado contexto, de modo que se pode concluir que as escolhas do tradutor estão, em maior ou menor grau, relacionadas a normas socioculturais.

Toury utilizou-se desses pressupostos para demonstrar que a questão central da tradução está no equilíbrio entre a *adequação* ao texto fonte e a *aceitabilidade* no polissistema alvo. Transformando em conceitos esses termos comuns, ele especulou sobre o que, na prática, representa as dificuldades que um tradutor experimenta no seu dia-a-dia: ou procura aproximar-se ao máximo do texto fonte, *adequando* a tradução à cultura de origem e subvertendo as normas do sistema alvo com a inclusão de elementos (lingüísticos, culturais etc.) a ele estranhos, ou ele procura aproximar-se da cultura alvo, visando a tornar *aceitável* o texto traduzido no sistema receptor. Dessa forma, ele estabeleceu a “norma inicial” de adequação e aceitabilidade (p. 57).

Em outras palavras, segundo a norma inicial de Toury, “um tradutor/uma tradutora pode orientar-se ou pelo texto original e suas normas, ou pelas normas vigentes na cultura alvo ou no segmento da cultura alvo a que se destina o produto final” (p. 56). Ao se orientar pelo texto original, sua tradução tenderá a obedecer às normas vigentes no texto fonte e, conseqüentemente, às normas da língua e da cultura de origem. Nessa tendência, num comportamento não normativo em busca de uma tradução *adequada* - que Even-Zohar definiu como aquela que “concretiza na língua alvo as relações textuais de um texto fonte sem que se viole o seu sistema lingüístico [básico] (Even-Zohar, 1975, p. 43, apud Gideon Toury, 1995) -, podemos nos defrontar com “certas incompatibilidades” (Toury, 1995) entre as normas e práticas adotadas em cada um dos dois sistemas, especialmente se levarmos em conta as que vão além do aspecto lingüístico pura e simplesmente. Se, no entanto, o tradutor opta por uma tradução orientada para o texto meta, ou seja, uma tradução *aceitável* no sistema alvo, as normas do sistema receptor são acionadas e o preço a ser pago estará nos inevitáveis desvios (*shifts* no texto em inglês) que deverá sofrer o texto original para existir em tradução. Nenhuma tradução é totalmente *adequada* ou totalmente *aceitável*. Nos termos de Toury, os *desvios* no texto fonte se verificam a partir da aplicação de normas culturais do sistema alvo. Ao mesmo tempo, *desvios* no sistema alvo também podem ocorrer devido a novas informações e novas formas introduzidas no sistema a partir da construção de textos por tradução.

A partir da determinação da norma inicial de adequação e aceitabilidade, Toury partiu para o estabelecimento de dois grandes grupos de normas aplicáveis ao processo de tradução: as preliminares e as operacionais (p.58). As normas preliminares, lógica e cronologicamente precedentes às normas operacionais, estão relacionadas a dois tipos de considerações freqüentemente interligados. O primeiro diz respeito à existência e à natureza da política de tradução vigente em uma determinada cultura, o segundo diz respeito ao fato de a tradução ser direta ou indireta (isto é, se ela é feita a partir da língua original do texto e utiliza o par de línguas das duas culturas envolvidas, ou se é feita a partir de uma língua intermediária, como no caso das primeiras traduções brasileiras de Dostoievski, feitas a partir do francês). Em outras palavras, numa determinada cultura/língua e em um

dado momento histórico, a política de tradução tem relação com os fatos que determinam a seleção de tipologias textuais, ou de textos isolados, para importação a partir de um processo tradutório. Políticas diferentes se verificam em subgrupos distintos, considerando-se tipologias textuais (textos literários vs. textos não literários) ou agentes humanos, como, por exemplo, diferentes editores. A interface desses subgrupos, segundo o que ele postulou, nos fornece um solo fértil para a elucidação de políticas de tradução (ibidem). O fato de a tradução ser direta ou indireta tem relação com o nível de tolerância para a possibilidade de se traduzir a partir de uma língua que não aquela em que o texto foi originalmente produzido. A questão fundamental diz respeito a ser aceita ou não, em um determinado polissistema, a tradução indireta. Se aceita, que línguas seriam legitimamente utilizadas como intermediárias? Há uma tendência ou a obrigatoriedade de se indicar que a tradução foi mediada por uma terceira língua? Há sinais dessa intermediação no produto final?

Essas questões relativas às normas preliminares mostram-se importantes dentro do arcabouço teórico dos estudos descritivistas da tradução à medida que especulam sobre a seleção de textos para tradução e consideram a ação de elementos humanos (não apenas a intervenção do tradutor, mas também a interferência de editores, revisores etc.) tanto no processo como no produto final da tradução. A reflexão sobre as políticas tradutórias, por exemplo, nos leva a uma melhor compreensão das relações entre o sistema de textos traduzidos de uma determinada cultura e o sistema de traduções da cultura receptora, e entre esse mesmo sistema de traduções e o polissistema que o acolhe. Assim, podemos avaliar o comportamento das traduções e seus sistemas na cultura alvo e chegar a conclusões sobre a própria constituição dos polissistemas, especulando sobre as forças atuantes em sua formação e sobre questões políticas e ideológicas aí envolvidas.

As normas operacionais, por sua vez, estão relacionadas às decisões que o tradutor efetivamente toma durante o processo de tradução propriamente dito. Elas são uma espécie de modelo que pode incluir normas do texto fonte com algumas modificações, no caso da adequação à cultura fonte, ou normas do texto meta, no caso de se buscar a aceitabilidade na cultura alvo, ou ainda uma combinação desses dois

conjuntos de normas. Dessa forma, elas afetam diretamente a matriz do texto, bem como sua constituição e a própria formulação verbal, regendo direta ou indiretamente as relações entre o original e a tradução. As normas operacionais podem ser ou *matriciais* ou *lingüístico-textuais*. As primeiras dizem respeito (a) à *existência* de material na língua alvo para substituir o material correspondente da língua fonte (e assim determinam também a *plenitude* da tradução), (b) à localização ou *distribuição* desse material no texto e (c) à segmentação textual. As normas *lingüístico-textuais* regem a seleção do material usado para formulação do texto traduzido. Essas normas podem ser gerais, como algumas normas textuais e lingüísticas, ou específicas, e nesse caso se aplicariam a um tipo de texto em particular e/ou a uma modalidade de tradução.

Gideon Toury acredita que as relações entre normas preliminares e normas operacionais têm, em sua totalidade, uma ligação com a norma inicial de adequação e aceitabilidade. Normas preliminares para a seleção de textos ou modelos textuais, ou de autores e estilos, podem, segundo questões ideológicas ou que dizem respeito à relação entre os sistemas/culturas envolvidos(as) no processo de transferência que se efetua por tradução, apresentar um determinado sistema de traduções como exemplar e, portanto, central, ou como marginal, periférico e, nesse caso, pouco influente em suas relações com o polissistema que o acolhe. Assim, as normas preliminares podem determinar uma tendência à adequação quando, por exemplo, está em jogo a importação de modelos para um polissistema literário pouco maduro, ou periférico, ou em crise de produção, conforme o que postulou Even-Zohar ao discutir as relações de poder entre centro e periferia nos polissistemas literários. Por outro lado, pode-se pensar em uma tendência à aceitabilidade quando se traduzem textos de um sistema literário periférico para um sistema central. Nesse caso, as opções do tradutor seriam orientadas pelas normas do sistema receptor e não se verificaria a presença forte de novos elementos textuais e/ou culturais introduzidos por tradução.

Outra questão levantada por Toury diz respeito à linguagem usada na tradução, ou à própria constituição do texto traduzido (e portanto está relacionada às normas matriciais), bem como o seu papel ou a sua utilização pela cultura receptora. Ele considera que um processo tradutório excessivamente orientado para a adequação

pode, ao contrário do que vimos acima, gerar um texto artificial, imposto à cultura alvo. Por outro lado, uma forte tendência à aceitabilidade leva a que o tradutor introduza na cultura alvo uma versão ou uma representação do texto fonte, feita sob a medida de um modelo preexistente naquela cultura. A partir daí estabeleceu-se a distinção entre “tradução de literatura” e “tradução literária”, a primeira com a preocupação de retratar temas, formatos e estilos literários da cultura fonte e a segunda com uma preocupação específica com o valor literário do texto traduzido, segundo as normas do polissistema de chegada.

Ao lado de Itamar Even-Zohar e Gideon Toury, outros pesquisadores unidos por interesses nas normas e restrições que regem as traduções e sua recepção, na relação entre a tradução e outros tipos de reescrita, e na posição e função da literatura traduzida, tanto num determinado sistema literário quanto na interação entre literaturas, eram José Lambert e Hendrik van Gorp da Universidade de Leuven, André Lefevere, vinculado às Universidades do Texas e de Warwick, e Susan Bassnett, da Universidade de Warwick (Theo Hermans, 1985, p. 10-11). Juntos, eles desenvolveram a abordagem descritivista (Descriptive Translation Studies - DTS) e possibilitaram a mudança de foco dos estudos da tradução, que voltaram sua atenção para o texto-meta e para o público leitor.

Foi André Lefevere quem ressaltou a importância de se considerar mais atentamente a dimensão humana do poder no processo de seleção, tradução e publicação de obras literárias. Seu objetivo era conceber uma óptica mais realista e mais ampla de toda a questão da tradução. Vendo a tradução como reescrita, ele postula que a literatura traduzida funciona dentro de um sistema ou conjunto de elementos inter-relacionados que por acaso compartilham de certas características capazes de os distinguir de outros elementos não pertencentes ao sistema (Lefevere, 1992). Os sistemas a que ele se refere operam sob um mecanismo de controle compartilhado por elementos internos e externos. Os elementos externos são os intérpretes, críticos, revisores e professores de literatura, as academias de literatura e as instituições reguladoras da escrita em geral, isto é, pessoas e órgãos com autoridade para rejeitar certas obras e canonizar outras de acordo com a visão predominante de literatura naquela sociedade. Abandonando, portanto, a visão

romântica de que a obra literária é intocável, ele assume que as transformações de um texto são inevitáveis e que os textos em geral, originais e traduções, são adaptados ao público de modo a influenciá-los a maneira de ler. Essas adaptações, além de se manifestarem na crítica, na historiografia, nas instituições educacionais, academias, na organização de antologias, também ocorrem na tradução. Esses textos “manipulados” nas adaptações ele primeiro chamou de refrações e depois de reescritas. Se considerarmos a tradução como reescrita, podemos afirmar que, num sistema onde governam essas forças externas, a manipulação dos textos no processo e no produto da tradução está presente no banco da escola, na universidade, nas academias e se manifesta também nas notas introdutórias, na crítica às traduções e nos prefácios e notas de pé de página, por exemplo.

A essas forças (pessoas ou instituições) que facilitam ou impedem a leitura, a escrita e a reescrita de uma obra ele deu o nome de patronagem, e às formas como elas atuam no processo e no produto da leitura, da escrita e da reescrita, ele chamou de coerções (1992, p. 15). A essas coerções, impostas pela patronagem, ele acrescenta outras formas de coerção (os elementos internos) impostas a qualquer reescrita. A primeira é o "universo do discurso", os conceitos, os lugares e as pessoas presentes no texto. A outra é a própria língua na qual o texto deve ser reescrito, e uma terceira, no caso específico da tradução, é o texto original. Sob essas influências, a reescrita ajuda a determinar o destino da obra. A historiografia e a crítica, por exemplo, relacionam os textos à corrente poetológica/ideológica predominante, canonizando-os, ou os colocam entre os textos “com pouca importância literária”, conferindo-lhes uma posição periférica. As antologias e coletâneas, por exemplo, tendem a refletir julgamentos de valor arraigados pela força desses fatores; as notas introdutórias, orelhas, prefácios etc., refletem esses julgamentos, e a crítica, as academias de literatura, as universidades e outras instituições ligadas ao poder lhes dão credibilidade.

Lefevere, ao observar o comportamento de uma tradução na literatura receptora, também pressupõe uma espécie de "auto-estima literária" por parte do sistema alvo. Se um dado sistema tiver uma auto-imagem positiva ele tenderá a naturalizar textos estrangeiros a partir da utilização, no processo tradutório, de suas próprias normas

textuais. Se, ao contrário, a auto-imagem de um sistema literário for negativa, ele tenderá a aceitar as normas literárias da cultura fonte como uma possibilidade de rompimento com essa imagem, em busca de renovação. Sendo assim, Lefevere diz que a tradução tem um caráter subversivo, pois o tradutor pode se apoiar na autoridade de um escritor estrangeiro para ir contra as coerções locais. Um conceito parecido já havia sido proposto por Even-Zohar quando ele falou em traduções com poder renovador e em traduções conservadoras. A diferença está no fato de que as questões de poder e autoridade se acentuaram nos trabalhos de Lefevere. Em *Translation: its genealogy in the West*, por exemplo, ele apontou alguns aspectos fundamentais da tradução: a autoridade do indivíduo ou da instituição que solicita e publica a tradução; a autoridade do texto a ser traduzido; a autoridade do autor do original; a autoridade da cultura receptora; e a imagem que uma tradução cria do original, seu leitor, sua literatura e sua cultura (Lefevere, 1990, p. 14-15).

Lefevere e os outros integrantes do grupo de Tel Aviv e dos Países Baixos iniciaram uma abrangente discussão sobre o papel das traduções. A partir de seus trabalhos, a tradução passou a ser vista como uma forma de reescrita que, além de possibilitar a expansão da cultura fonte, pode introduzir novos modelos no sistema literário receptor, às vezes de forma a subverter a autoridade estabelecida, e tem, assim, um potencial para pressionar o estrato central do polissistema receptor, com conseqüências que têm aspectos interpretáveis do ponto de vista político e ideológico.

O grande mérito da teoria dos polissistemas foi possibilitar uma abordagem não normativa da tradução. Os dois pólos envolvidos em um processo de transferência de bens culturais por tradução ora deixam de ser representados simplesmente pelos textos fonte e alvo e passam a abranger o contexto maior das culturas envolvidas no próprio processo. Com as intervenções de Toury e Lefevere aqui apresentadas, a abordagem descritivista - que lança mão da teoria dos polissistemas - nos permitiu avaliar ainda com mais profundidade o impacto das traduções num determinado sistema literário e abriu espaço para diferentes análises sobre a relação intercultural entre os dois pólos dessa relação. Partindo da premissa de que a tradução é uma atividade orientada por normas culturais e históricas, o impacto das traduções de textos pode ser avaliado não somente em relação à possibilidade de gerar mudanças

no sistema meta, mas também em relação às representações da cultura de origem no sistema receptor.

Considerando-se esses aspectos, é interessante lembrar a visão de Lawrence Venuti (2002) sobre a formação de identidades culturais a partir da tradução de textos de uma determinada cultura e seu impacto no sistema receptor. Preocupado com a questão da formação de identidades culturais e com as conseqüências sociopolíticas decorrentes do processo de seleção de textos para tradução e das formas de apresentação desses textos uma vez traduzidos, Lawrence Venuti discute a criação de representações de uma cultura estrangeira em uma determinada cultura alvo. Ele destaca o fato de as literaturas estrangeiras traduzidas serem, por amoldamento a estilos e temas que prevalecem na cultura alvo, distanciadas de sua contextualização histórica e por conseguinte, desvinculadas da tradição literária em que elas se inserem na cultura fonte, a qual, por sua vez, reforça-lhes o significado. Dessa forma, Venuti entende que, através da literatura traduzida e da forma como ela é apresentada ao público leitor, é possível formar, reforçar ou alterar representações da cultura à qual pertence o conjunto de textos originais.

Venuti argumenta que a seleção de textos, o desenvolvimento de estratégias de tradução, as escolhas lexicais e as formas de publicação e veiculação dessas obras geram cânones domésticos para literaturas estrangeiras. Para ele, nesse processo de canonização de obras estrangeiras, padrões tradutórios estabelecidos fixam estereótipos que excluem valores, debates e conflitos que não estejam alinhados à agenda doméstica e, assim, a formação de identidades culturais constitui um dos grandes “escândalos da tradução”. Ao gerar esses estereótipos, “a tradução pode vincular respeito ou estigma a grupos étnicos, raciais e nacionais” (Venuti, 2002, p. 130). A longo prazo, a tradução pode interferir nas “relações geopolíticas ao estabelecer as bases culturais da diplomacia, reforçando alianças, antagonismos e hegemonias entre as nações (ibidem). A inclusão desse debate no presente estudo tem como principal objetivo considerar a formação de identidades das cidades brasileiras nos sistemas literários de língua inglesa e verificar como essas identidades reforçam ou denunciam estereótipos estabelecidos.

Aplicando-se, portanto, a teoria dos polissistemas ao caso da relação entre a literatura brasileira e os polissistemas hegemônicos de língua inglesa, nos vemos em uma posição periférica em relação à literatura produzida nos Estados Unidos e na Inglaterra, antes devido a questões políticas e econômicas - como apontou Barbosa (1993) - do que por motivos relacionados à estética literária. A partir dessa constatação em estudos anteriores, podemos avaliar que tipo de relação há entre o sistema brasileiro e os anglófonos e entender como a tradução interfere nessa relação. Dado esse passo, a introdução do conceito de patronagem, que justamente incorpora mais fortemente a dimensão humana, nos permitirá abrir o leque e vislumbrar inúmeras possibilidades de análise. Será possível, por exemplo, de acordo com o que propõe o presente estudo, observar os mecanismos coercitivos exercidos por academias, críticos e professores de literatura, por um lado, e de editores, agentes literários e livreiros, por outro lado. Diante do que será exposto no panorama da literatura brasileira nos últimos 14 anos, poderemos trazer luz aos meios utilizados para a canonização de uma obra ou de um autor de que lançam mão as instituições brasileiras, e verificar, por exemplo, se a canonização de um autor influencia na potencial seleção de sua obra para tradução. Igualmente, trazendo para o cerne da discussão o papel das editoras, dos agentes literários e dos livreiros, podemos ampliar ainda mais as possibilidades da pesquisa, permitindo que a abordagem descritivista sirva de instrumento para uma avaliação do mercado editorial atual e sua visão mercantilista imposta pela lei do mercado. Será possível também vislumbrar as possíveis repercussões do exercício dessas forças nos caminhos da literatura brasileira traduzida.

A abordagem descritivista pode confirmar, modificar ou ampliar o aparato teórico em que ela se insere. Aliás, essa é uma das características das abordagens empíricas que adotam o método indutivo. Sendo assim, a partir da aplicação do próprio processo descritivista de análise e dos resultados obtidos, produzem-se efeitos capazes de ampliar, por retroalimentação, o próprio arcabouço teórico em que se baseou inicialmente a análise. Com efeito, essa postura metodológica permite o alargamento das possibilidades dentro de sua moldura e dá liberdade ao pesquisador no sentido de favorecer a observação sem a influência de idéias preconcebidas. Ao se

escolher um determinado aspecto da relação estabelecida entre dois pólos culturais pela tradução de textos, o pesquisador pode se deparar com fenômenos novos e, ao avaliá-los, pode, igualmente, chegar a conclusões específicas sobre esta relação, não necessariamente observáveis em outros casos. Com liberdade para estudar a relação estabelecida em si e por si, o pesquisador da linha descritivista dos estudos da tradução tem uma excelente ferramenta para dissecar a forma como os polissistemas literários interagem e, especialmente nesse momento, tendo-se em vista as mudanças nas relações internacionais a que se submeteram nações do mundo inteiro diante do cenário da globalização, pode também especular sobre questões de dominação, poder, manipulação de imagens e criação de identidades e estereótipos, por exemplo. Ainda, dentro dessa abordagem, levando-se em conta a dimensão humana, os estudos descritivistas podem avaliar o impacto de decisões políticas, ideológicas e mercadológicas no processo de seleção de textos para tradução e na própria produção e veiculação desses textos no sistema alvo.

Dessa maneira, acredita-se que a abordagem descritivista será capaz de gerar uma análise interessante da relação entre a literatura brasileira contemporânea traduzida para o inglês e o polissistema literário anglófono. A liberdade que a abordagem descritivista confere ao pesquisador possibilitará a discussão de dois aspectos fundamentais ainda não estudados. Em primeiro lugar, a imagem da nova literatura brasileira urbana nos polissistemas anglófonos será objeto de análise. A produção literária de temática urbana (em oposição à literatura regional que marcou a imagem da literatura brasileira no exterior), embora há muito presente em traduções inglesas, ainda não foi objeto de análise sob o foco da representação da cidade brasileira no polissistema literário anglófono. Nesses tempos em que a violência influencia a imagem da cidade brasileira no exterior, esse assunto me despertou o interesse. O presente estudo se dedicará também a um exame do mercado editorial e, nesse caso, o papel do agente literário será observado com mais atenção.

2.2 Metodologia

A pesquisa realizada por Heloisa Barbosa (1994) será um importante ponto de partida para a análise da literatura brasileira contemporânea traduzida para o inglês

que se objetiva levar a cabo. Nesse sentido justifica-se aqui uma breve descrição de sua tese: seguindo os passos de Ria Vanderauwera, que em 1985 examinou o processo de tradução de romances holandeses para o inglês, Barbosa buscou, em sua análise, determinar um padrão de distribuição das traduções de obras brasileiras para o inglês ao longo do tempo. Daí partiu para o estabelecimento de "uma correlação entre os momentos em que a produção dessas traduções aumentou e os processos históricos, econômicos e culturais" a que esses momentos poderiam estar associados (Barbosa, 1994, p. 6).

Os dados coletados em um levantamento de livros brasileiros em traduções para o inglês permitiram-lhe classificar as obras traduzidas e estabelecer um perfil da literatura brasileira em inglês. Para esse fim, Heloisa Barbosa distribuiu as obras traduzidas do português para o inglês em quatro categorias: 'obras embaixadoras', 'obras de consumo', 'obras de autor' e 'obras tópicas'. Em 1985, Ria Vanderauwera já havia classificado obras holandesas traduzidas para o inglês como embaixadoras ou de consumo, segundo sua função de apresentar, respectivamente, a cultura fonte para a cultura meta ou de buscar popularidade internacional a partir de boa vendagem junto ao público doméstico. A essas duas categorias, Heloisa Barbosa acrescentou as outras duas, que seriam aplicáveis, no primeiro caso, às obras traduzidas a partir da importância do autor no sistema fonte e, no segundo, a partir de interesses circunstanciais, como o que se verificou na ocasião do assassinato de Chico Mendes, por exemplo. Com os dados do levantamento, também foi possível avaliar o papel de tradutores, editores e órgãos de financiamento na seleção, venda e distribuição das obras traduzidas. Por fim, diante do fato de a imagem produzida por uma tradução ser irremediavelmente filtrada pela percepção do tradutor, Barbosa seguiu adiante para examinar uma amostra de obras literárias traduzidas para o inglês, visando a "determinar que distorções, caso as haja, essas obras sofreram durante o processo de tradução". Em três capítulos de sua tese, ela examina traduções de Machado de Assis, Guimarães Rosa, de escritores do grupo dos indianistas e dos regionalistas, autores escolhidos ou segundo sua importância na literatura brasileira, ou por sua posição central no sistema de literatura brasileira traduzida para o inglês, ou por seus interesses temáticos, como ocorre no caso de alguns indianistas e regionalistas, cujos

temas têm grande apelo junto ao público leitor de língua inglesa, que volta os olhos para a questão das reservas indígenas da Amazônia.

O presente estudo, que se concentra na literatura brasileira traduzida entre 1990 e 2004, também deverá verificar como essas obras se instalaram nos sistemas receptores e procurará, igualmente, estabelecer correlações entre o momento histórico da redemocratização, os novos fatores econômicos trazidos pela globalização bem como os números e os aspectos políticos e ideológicos da tradução de obras brasileiras nesse período. Dessa forma, será possível, aos moldes do que fez Barbosa, classificar obras traduzidas no período e estabelecer um perfil da literatura brasileira contemporânea em inglês. Esse objetivo deverá ser atingido ao longo dos capítulos 4 e 6. Também será possível avaliar o papel de tradutores, editores e órgãos de financiamento na seleção, venda e distribuição das obras traduzidas. Dentro dessa abordagem, o presente estudo procurará se aprofundar sobre o papel do agente literário, que vem fazendo as vezes do editor que selecionava textos para publicação. Em seguida, antes de partir para as considerações finais, este estudo se dedicará a uma macroanálise das trajetórias das obras de Caio Fernando Abreu, Patrícia Melo e Chico Buarque em traduções para o inglês, com o objetivo de discutir questões relativas à produção de identidades da cidade brasileira diante do público leitor de língua inglesa.